

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.
(Subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstrações Contábeis em
31 de Dezembro de 2015
com Relatório dos Auditores Independentes

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balancos Patrimoniais.....	5
Demonstrações de Resultados	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstração do Valor Adicionado.....	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto.....	9
Notas Explicativas para as Demonstrações Contábeis	10
1. Contexto operacional	10
2. Base de preparação	11
3. Principais práticas contábeis	12
4. Caixa e equivalentes de caixa	16
5. Contas a receber, líquidas	16
6. Impostos a recuperar	17
7. Partes Relacionadas.....	18
8. Remuneração do pessoal-chave da administração.....	18
9. Impostos e contribuições sociais a recolher	19
10. Imposto e contribuição social diferidos	19
11. Financiamentos.....	20
12. Contingências.....	21
13. Patrimônio líquido	22
14. Instrumentos financeiros.....	23
15. Receita operacional	25
16. Receitas e despesas financeiras.....	26
17. Despesas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	26
18. Outras despesas.....	26
19. Outras receitas.....	27
20. Despesas e custos por natureza	27
21. Cobertura de seguros (não auditado)	27



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. (a "Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A., em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase


Chamamos a atenção para a Nota 7 às demonstrações contábeis, que descreve que a Sociedade mantém saldos e realiza transações com sua controladora em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações e, portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

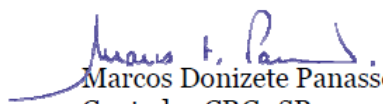
Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Sociedade e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2016.


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ


Marcos Donizete Panassol
Contador CRC 1SP155975/O-8 "S" RJ

Balanços Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de Dezembro

(Expresso em milhares de reais, a menos que haja outra indicação)

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo	Nota	2015	2014
Circulante			(*)	Circulante			(*)
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	1.052	Fornecedores - Terceiros		71.441	-
Contas a receber, líquidas	5	3.496.855	3.211.310	Fornecedores - Partes relacionadas	7	508.944	261.174
Contas a receber - Partes relacionadas	7	642.480	397.135	Debêntures	11	84.254	97.556
Impostos a recuperar	6	242.929	109.214	Dividendos e JCP propostos	13.5	490.664	162.278
		4.382.266	3.718.711	Impostos e contribuições a recolher	9	46.806	21.120
				Outras contas a pagar		108	816
						1.202.217	542.944
Não Circulante				Não Circulante			
Impostos a recuperar	6	38.449	35.466	Debêntures	11	128.539	198.148
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	394.388	479.912	Contingências	12	1.456	1.329
Depósitos judiciais		2.868	3.419			129.995	199.477
Imobilizado		11	13	Patrimônio Líquido			
		435.716	518.810	Capital social	13.1	3.162.458	3.162.458
				Reserva legal	13.3	108.974	70.311
				Reserva especial de dividendos	13.4	214.338	262.331
						3.485.770	3.495.100
Total do Ativo		4.817.982	4.237.521	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		4.817.982	4.237.521

(*) Reapresentado, conforme Nota Explicativa 2.3

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de Dezembro

(Expresso em milhares de reais, a menos que haja outra indicação)

	<i>Nota</i>	2015	2014
Receita líquida	15	3.907.022	1.106.180
Custos dos serviços prestados	20	(3.221.103)	(812.728)
Lucro Bruto		685.919	293.452
Despesas tributárias	20	(11.633)	-
Despesas administrativas	20	(20.078)	(13.747)
Outras receitas	19	3.444	1.370
Outras despesas	18	(871)	(1.322)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		656.781	279.753
Receitas financeiras	16	441.087	401.892
Despesas financeiras	16	(39.726)	(100.231)
Resultado antes dos impostos		1.058.142	581.414
Imposto de renda e contribuição social - corrente	17	(199.363)	(94.335)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	17	(85.524)	(40.122)
Lucro líquido do exercício		773.255	446.957
Lucro líquido do exercício por ação			
Resultado por ação ordinária- básico (em R\$)		0,33	0,19
Quantidade média de ações durante o exercício		2.360.959.993	2.360.959.993

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Exercícios findos em 31 de Dezembro
 (Expresso em milhares de reais, a menos que haja outra indicação)

	Reserva de Lucros			Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Legal	Dividendos Adicionais Propostos		
Saldo em 1º de janeiro de 2014	3.162.458	47.963	140.579	-	3.351.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	446.957	446.957
Dividendos adicionais aprovados	-	-	(140.579)	-	(140.579)
Reserva legal	-	22.348	-	(22.348)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(162.278)	(162.278)
Dividendos adicionais propostos	-	-	262.331	(262.331)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.162.458	70.311	262.331	-	3.495.100
Lucro líquido do exercício	-	-	-	773.255	773.255
Dividendos adicionais aprovados	-	-	(262.331)	-	(262.331)
Reserva legal	-	38.663	-	(38.663)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(197.271)	(197.271)
Dividendos intermediários	-	-	-	(322.983)	(322.983)
Dividendos adicionais propostos	-	-	214.338	(214.338)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.162.458	108.974	214.338	-	3.485.770

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Valor Adicionado
 Exercícios findos em 31 de Dezembro
 (Expresso em milhares de reais, a menos que haja outra indicação)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas		
Prestação de serviços e outras receitas	4.474.205	1.256.999
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia, serviços de terceiros e outras despesas	(3.242.051)	(828.235)
Valor adicionado bruto	1.232.154	428.764
Retenções		
Depreciação	(2)	(1)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	1.232.152	428.763
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras - inclui variações monetárias e cambiais ativas	441.087	401.892
Valor adicionado total a distribuir	1.673.239	830.655
Distribuição do valor adicionado	1.673.239	830.655
Tributos	860.258	283.467
Federais	624.802	210.440
Municipais	149.932	32.905
Contribuição social e imposto de renda diferidos	85.524	40.122
Instituições financeiras e fornecedores	39.726	100.231
Despesas financeiras, juros, variações cambiais passivas e aluguéis	39.726	100.231
Acionistas	773.255	446.957
Lucros retidos	773.255	446.957
Valor adicionado distribuído	1.673.239	830.655

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto
 Exercícios findos em 31 de Dezembro
 (Expresso em milhares de reais, a menos que haja outra indicação)

	2015	2014
		(*)
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	773.255	446.957
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	2	1
Provisão para contingências	127	421
Imposto de renda e contribuição social diferidos	85.524	40.122
Encargos financeiros, variação monetária sobre financiamentos/debêntures e outras operações	37.887	100.046
Receita financeira de recebíveis	(431.363)	(387.771)
Redução (aumento) nos saldos ativos		
Contas a receber - terceiros	214	148
Contas a receber - partes relacionadas	(245.345)	(388.617)
Impostos a recuperar	(136.698)	(24.531)
Outros ativos	551	380
(Redução) aumento nos saldos passivos		
Fornecedores	71.441	-
Fornecedores - partes relacionadas	247.770	248.952
Impostos e contribuições a recolher	25.686	15.979
Outras passivos	(30.298)	618
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados nas atividades operacionais	398.753	52.705
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	-	(11)
Resgate (investimentos) em ativos financeiros	145.604	1.033.899
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimento	145.604	1.033.888
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Amortização financiamentos e debêntures	(120.798)	(901.182)
Pagamento de dividendos	(424.609)	(187.439)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de financiamento	(545.407)	(1.088.621)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(1.050)	(2.028)
Demonstração do aumento / (redução) no caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.052	3.080
No fim do exercício	2	1.052
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(1.050)	(2.028)
(*) Reapresentado, conforme Nota Explicativa 2.3		
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		

1. Contexto operacional

A Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. Constituída em 21 de novembro de 2000, a Sociedade iniciou suas operações em 2 de janeiro de 2001, sob o nome de Alberto Pasqualini - REFAP S.A. Desde 1968 a refinaria funcionava como unidade operacional da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

Em 1º de novembro de 2012, foi aprovada, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a reforma integral do seu Estatuto Social, modificando-se, dentre outros aspectos, a sua denominação e objeto social, passando, a partir daquela data, a denominar-se Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("PB-LOG"), cujo objeto social sofreu alterações para possibilitar o provimento de serviços logísticos para operações de exploração e de produção de petróleo e gás natural no Brasil, inclusive por intermédio do transporte multimodal de cargas, contratando também com terceiros os serviços de transporte, movimentação e armazenamento de cargas e as operações portuária e aeroportuária, bem como o fornecimento de bens relacionados à atividade de exploração e produção, além de serviços correlatos.

O início das operações inerentes ao novo objeto social da PB-LOG concretizou-se no dia 11 de novembro de 2013, quando foram assinados os dois primeiros contratos com o Consórcio BC-20, para fins de prestação de serviços marítimos e logísticos para as unidades marítimas de exploração e produção da Petrobras.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 11 de abril de 2014, foi alterado o Estatuto Social da Sociedade, ampliando o escopo de atuação e incluindo em seu objeto social o provimento de bens e serviços para operações de exploração e de produção de petróleo e gás natural no Brasil, além da atividade de navegação de apoio marítimo e serviços correlatos. Dessa forma, em 8 de julho de 2014, a PB-LOG pode assinar com o consórcio de Libra contratos para as atividades de Prestação de Serviços de Construção de Poços Marítimos, Prestação de Serviços Logísticos para Unidades Marítimas, e também para Prestação de Serviços de Apoio Marítimo. Os três contratos são referentes ao atendimento aos poços L1-NW1 e L2-C1 que são os poços iniciais da campanha exploratório do Consórcio Libra, operado pela Petrobras (40%) em parceria com a Shell Brasil Petróleo Ltda. (20%), Total E&P do Brasil Ltda. (20%), CNODC Brasil Petróleo e Gas Ltda. (10%) e a CNOOC Petroleum Brasil Ltda. (10%), juntamente com a companhia estatal Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) na qualidade de gestora do contrato através do regime de Partilha de Produção.

Durante o ano de 2015 a Companhia assinou novos contratos de prestação de serviços Logísticos e de Apoio Marítimo com os Consórcios BM-S-11, BM-POT-17, BM-ES-23 e com a concessão BM-S-36 (projeto Tartaruga Mestiça).

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Sociedade em 09 de março de 2016.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade em relação às normas do CPC

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e em conformidade com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, mensurados a valor justo.

2.3. Reclassificação das demonstrações contábeis

Alguns valores relativos a exercícios anteriores foram reclassificados para melhor comparabilidade com o exercício atual. Estas reclassificações não afetaram o resultado e patrimônio líquido da Companhia e estão detalhadas a seguir:

- Quotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC-NP) apresentados no ativo circulante, reclassificados de caixa e equivalentes de caixa para contas a receber – ativos financeiros (nota explicativa 5).

A seguir, os efeitos dessas reclassificações no Balanço Patrimonial:

Balanço Patrimonial	31.12.2014		
	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de caixa	3.212.135	(3.211.083)	1.052
Contas a receber - ativos financeiros	-	3.211.083	3.211.083
Total	3.212.135	-	3.212.135

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

A Administração da Sociedade definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no pronunciamento CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM No 534. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5. Uso de estimativas

Na elaboração das informações contábeis é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. Essas estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos e contingências trabalhistas (Notas Explicativas 10 e 12, respectivamente). Embora a Administração utilize premissas e julgamentos, revisados periodicamente, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Sociedade (Real) pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

3.2. Instrumentos financeiros

3.2.1. Ativos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Sociedade tem recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

3.2.2. Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Depósitos bancários que tenham limitações para utilização são apresentados de forma segregada ao caixa e equivalentes de caixa.

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Sociedade.

A Sociedade avaliou o efeito de ajuste a valor presente (AVP) sobre saldo de contas a receber de clientes e receita de vendas e, considerando o curto prazo entre o reconhecimento da receita e liquidação por parte do cliente, os valores calculados foram considerados imateriais, não gerando ajustes.

3.2.3. Passivos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Sociedade avaliou o efeito de ajuste a valor presente (AVP) sobre saldos de passivo e não identificou valores materiais a serem ajustados.

3.2.4. Capital Social

O Capital Social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

3.3. Imobilizado

3.3.1. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, caso aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

3.3.2. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

3.4. Redução ao valor recuperável de ativos

3.4.1. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Sociedade sobre condições de que a Sociedade não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

3.4.2. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Sociedade, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

3.5. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.6. Receita operacional

A receita operacional da venda de serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional, conforme as vendas são reconhecidas.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

3.7. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras (incluindo aplicações financeiras de uso restrito). A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros e encargos sobre financiamentos. Custos de financiamento que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% para contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na lei 12.973/14 a partir do exercício de 2015. A referida lei revogou o Regime Tributário de Transição (RTT).

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável, são reconhecidos na proporção da probabilidade de existência de lucros tributáveis futuros, projetados de acordo com estudo técnico aprovado pela Administração da Companhia, e da existência de passivos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias tributáveis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.9. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Sociedade e dividido pelas ações ordinárias no respectivo exercício.

3.10. Demonstração do valor adicionado

A Sociedade elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08, a qual é apresentada como parte integrante da demonstração contábil.

3.11. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As normas emitidas pelo IASB em 2015 que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Sociedade até 31 de dezembro de 2015 são as seguintes:

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
Emenda ao IFRS 11 "Negócios em Conjunto"	Determina que uma entidade que adquira participação em uma operação em conjunto (IFRS 11/CPC 19) que atende a definição de um negócio (IFRS 3/CPC 15), contabilize a aquisição seguindo os mesmos princípios usados em combinações de negócios.	1º de janeiro de 2016
Emenda ao IFRS 10 "Demonstrações Consolidadas" e IAS 28 "Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto"	Determinam que quando um ativo for vendido para, ou aportado em uma coligada ou em um empreendimento controlado em conjunto, e o ativo atende a definição de negócio (IFRS 3/CPC15), o ganho ou perda deve ser reconhecido integralmente pelo investidor (independentemente da participação de terceiros na coligada ou no empreendimento controlado em conjunto).	Postergada indefinidamente.
IFRS 15 - "Receitas de Contrato com Clientes"	Estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas com clientes. Os requerimentos do IFRS 15 estipulam que a receita seja reconhecida quando o cliente obtém controle sobre as mercadorias ou serviços vendidos, o que altera o modelo atual que se baseia na transferência de riscos e benefícios. Adicionalmente, a nova norma traz mais esclarecimentos sobre reconhecimento de receitas em casos complexos.	1º de janeiro de 2018
IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"	Estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa e no modelo de negócios usado para gerir o ativo. Altera os princípios para reconhecimento de redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) de perdas incorridas para um modelo baseado nas perdas esperadas. Institui novos requisitos relacionados à contabilidade de hedge.	1º de janeiro de 2018

Quanto às emendas e novas normas listadas acima, a Sociedade estima que suas adoções não trarão impactos significativos às suas demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	2015	2014
		(*)
Caixa e Bancos	2	5
Aplicações financeiras - Fundo SBB	-	1.047
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	2	1.052

(*) Reapresentado, conforme Nota Explicativa 2.3

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber, líquidas

	2015	2014
		(*)
Clientes - Terceiros	494	488
Recebíveis de ativos financeiros (a)	3.496.842	3.211.083
	3.497.336	3.211.571
Perdas em crédito de liquidação duvidosa	(481)	(261)
Contas a Receber, líquidas	3.496.855	3.211.310

(*) Reapresentado, conforme Nota Explicativa 2.3

(a) Recebíveis de ativos financeiros

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP deve ser tratada como um ativo financeiro classificado na categoria "empréstimos e recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

A composição de contas a receber com partes relacionadas está detalhada na nota explicativa 7.

6. Impostos a recuperar

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	161.894	73.872
PIS/COFINS	119.471	70.795
Outros	13	13
	<u>281.378</u>	<u>144.680</u>
Circulante	242.929	109.214
Não Circulante	<u>38.449</u>	<u>35.466</u>
	281.378	144.680

O imposto de renda e contribuição social foram impactados pelo benefício fiscal dos Juros sobre Capital Próprio (Nota 14.d) e serão realizados pelas operações normais da empresa.

Para fins de recuperação do saldo de R\$ 38.449 de PIS/COFINS registrado no ativo não circulante, foi ingressado processo com pedido de restituição junto à Receita Federal.

7. Partes Relacionadas

	2015				Total
	Petróleo América Inc. - PAI (a)	Petróleo Brasileiro Petrobras (b)	Downstream Participações (a)	Petrobras Transportadora Transpetro (b)	
Ativo Circulante					
Contas a Receber					
Empresas ligadas	50	637.618	1.982	2.830	642.480
Passivo Circulante					
Fornecedores					
Empresas Ligadas	-	508.944	-	-	508.944
Dividendos	-	490.664	-	-	490.664
Resultado exercício findo em 31 de Dezembro de 2015					
Receita por prestação de serviços	-	3.904.538	-	2.484	3.907.022
Custos dos serviços prestados	-	(2.769.396)	-	-	(2.769.396)
Outras receitas (Nota 19)	-	3.444	-	-	3.444
	2014				Total
	Petróleo América Inc. - PAI (a)	Petróleo Brasileiro Petrobras (b)	Downstream Participações (a)		
Ativo Circulante					
Contas a Receber					
Empresas ligadas	50	395.672	1.413		397.135
Passivo Circulante					
Fornecedores					
Empresas Ligadas	-	261.174	-		261.174
Dividendos	-	162.278	-		162.278
Resultado exercício findo em 31 de Dezembro de 2014					
Receita prestação de serviços	-	1.106.180	-		1.106.180
Custos dos serviços prestados	-	(812.728)	-		(812.728)

(a) Refere-se a operações comerciais da antiga REFAP.

(b) Refere-se a operações de prestação de serviços de logística, construção de poços e apoio marítimo.

8. Remuneração do pessoal-chave da administração

No exercício de 2015, tomando como base o mês de dezembro, a maior remuneração verificada entre os dirigentes foi de R\$ 62 (R\$ 64 em 2014), considerando adicional de férias. Vale destacar que os dirigentes da Sociedade possuem os mesmos benefícios concedidos aos demais empregados da Petrobras.

O total da remuneração de benefícios de curto prazo para o pessoal-chave da Sociedade durante o exercício de 2015 foi de R\$ 1.260 (R\$ 1.198 no exercício de 2014), referente a 2 diretores (também 2 diretores em 2014).

9. Impostos e contribuições sociais a recolher

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
PIS/COFINS retido na fonte	-	3.467
Imposto sobre Serviços	45.317	13.110
Impostos retido na fonte	<u>1.489</u>	<u>4.543</u>
Total de Impostos a Recolher	46.806	21.120

10. Imposto e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas trimestralmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Sociedade.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Prejuízo Fiscal	393.915	479.367
Outros	<u>473</u>	<u>545</u>
Ativo Não Circulante	394.388	479.912

Realização do prejuízo fiscal, do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Durante o ano de 2015 houve a compensação de R\$ 251.329 referente ao prejuízo fiscal gerado até 2012, cabendo ressaltar que desde o exercício de 2013 a companhia tem apresentado lucro fiscal.

A compensação do saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$ 393.915 (oriundo de prejuízo fiscal) ocorrerá baseada em lucros tributáveis futuros da Sociedade, e está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

A compensação do saldo remanescente realizar-se-á no prazo máximo de três anos conforme projeções atualizadas do Estudo Técnico de Viabilidade de Geração de Lucros Futuros.

Prejuízo Fiscal Acumulado (em 31/12/2014 - R\$ 1.409.903)	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>
Aproveitamento do prejuízo fiscal	251.329	474.702	683.872
Saldo do prejuízo fiscal em 31 de dezembro	<u>1.158.574</u>	<u>683.872</u>	-

Os prejuízos fiscais acumulados da Sociedade não têm data de prescrição, conforme legislação fiscal vigente.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não há ativos ou passivos fiscais diferidos não reconhecidos pela Sociedade.

11. Financiamentos

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

a) Em 2 de agosto de 2006 a Assembleia Geral Extraordinária da Alberto Pasqualini - REFAP S.A. aprovou a emissão privada de 852,6 milhões de debêntures simples, não conversíveis, nominativas, privadas e escriturais no montante de R\$ 852.600, objetivando a ampliação e modernização de seu parque industrial para aumentar a capacidade de processamento de petróleo de 20.000 m³ /dia para 30.000 m³ /dia, além de aumentar a parcela de óleos nacionais processada.

A emissão tem as seguintes características¹: emissão em 31 de agosto de 2006 com amortização em 96 meses mais 6 meses de carência; 90% das debêntures subscritas pelo BNDES com juros de TJLP +3,8% a.a.; 10% das debêntures subscritas pelo BNDESPAR com juros da cesta de moedas do BNDES +2,3% a.a.

Em 30 de agosto de 2006, foi assinado o Contrato de Promessa de Subscrição de Debêntures Simples em Emissão Privada. Estas debêntures venceram em fevereiro de 2015.

b) Em 27 de maio de 2008 a Assembleia Geral Extraordinária da Alberto Pasqualini - REFAP S.A., autorizou a 2ª emissão de até 507.989 debêntures simples, privadas, não conversíveis e nominativas pela Sociedade, em quatro séries, com garantia flutuante e valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um mil reais) na data da emissão, totalizando R\$ 507.989. Em 2011, foram subscritas o saldo de 198.751 debêntures, totalizando a segunda emissão.

As emissões visaram à modernização do parque industrial com implantação das unidades de Tratamento de Gasolina (HDS), de Tratamento de Diesel (USD), além de outros investimentos relacionados à esta.

As debêntures têm as seguintes características: emissão em 30 de maio de 2008 em quatro séries: a 1ª série de 12.352 debêntures; a 2ª série de 111.169 debêntures, com prazo de amortização em 96 meses a partir de 15 dias do término da carência em 15/10/2009. A 3ª série de 38.447 debêntures com prazo de 90 meses e a 4ª série de 346.021 debêntures, com prazo de 78 meses. O prazo a que se refere a 3ª e 4ª subscrição inicia-se a partir de 15 dias do término da carência, que é de 35 e 45 meses, respectivamente.

Sobre as debêntures da 1ª e 3ª séries incidem juros à taxa de 1,96% a. a. acima da taxa variável publicada trimestralmente pelo BNDES no Diário Oficial da União. As debêntures da 2ª e 4ª séries serão remuneradas à taxa de 3,46% a. a. acima da TJLP. O montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder 6% a. a. será capitalizado.

¹ Condições básicas aprovadas pelo BNDES e BNDESPAR em 23/06/2006.

O saldo nesta data e as movimentações são demonstrados a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldo inicial	295.704	1.096.840
Juros, atualizações monetárias	37.887	100.046
Amortizações / Baixas	<u>(120.798)</u>	<u>(901.182)</u>
Saldo Final	212.793	295.704
Circulante	84.254	97.556
Não Circulante	128.539	198.148
	<u>212.793</u>	<u>295.704</u>
Vencimentos dos Financiamentos (Não Circulante)		
2016	-	78.127
2017	78.176	73.061
2018	<u>50.363</u>	<u>46.960</u>
	128.539	198.148

12. Contingências

A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações oriundas da REFAP, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e considerando o histórico das ações referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso. As ações trabalhistas da REFAP em sua totalidade foram assumidas pela Petrobras em 2012, no entanto, foi constituída provisão no valor de R\$ 1.456 (R\$ 1.329 em 2014); para as demais ações não foi constituída provisão.

Os processos judiciais não provisionados, consubstanciado na opinião de seus assessores jurídicos devido ao prognóstico de perdas possíveis, representam os seguintes montantes:

Natureza	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fiscais	83.201	77.649
Trabalhistas	<u>6.596</u>	<u>9.313</u>
	89.797	86.962

Os processos judiciais de natureza fiscal referem-se, principalmente a: (i) a auto de infração lavrado pela Receita Federal para a cobrança de PIS/COFINS sobre importações de produtos realizadas pela antiga REFAP S.A. no valor de R\$ 34.582; (ii) a auto de infração lavrado pela Receita Federal referente a glosa de pedidos de compensação de PIS/COFINS sobre transações comerciais de derivados de petróleo realizadas pela antiga REFAP S.A. no valor de R\$ 48.184.

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social

O capital social é composto por 2.360.959.993 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o capital social é de R\$ 3.162.458.

13.2. Participação acionária

O capital social da Sociedade é controlado em 100% pela empresa Petróleo Brasileiro S.A.

13.3. Reserva de lucros

a) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

13.4. Dividendo adicional proposto

Em 31 de dezembro de 2015, a Administração da Sociedade propôs a distribuição de dividendos e JCP no valor de R\$ 734.592 com base no lucro líquido apurado no exercício de 2015. A proposição da administração será deliberada em Assembleia Geral Ordinária. A parcela referente ao mínimo obrigatório (25% conforme o estatuto social), no valor de R\$ 183.648 mais o adicional de R\$ 336.606, ambos aprovados em AGE de 17 de dezembro de 2015, foram reconhecidos no passivo circulante, e o restante, no valor de R\$ 214.338, será mantido como "Dividendo Adicional Proposto", no patrimônio líquido, conforme disposto no Pronunciamento Técnico ICPC 08, até a deliberação da Assembleia.

13.5. Dividendos propostos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os dividendos foram calculados de acordo com o artigo 202 da Lei nº 11.638/07 e estão assim demonstrados:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro líquido do exercício	773.255	446.957
Constituição da Reserva Legal	(38.663)	(22.348)
Lucro básico pra determinação do dividendo	734.592	424.609
Dividendos obrigatórios - 25%	183.648	106.152
Dividendos Propostos		
Dividendos obrigatórios	183.648	106.152
Dividendos Intermediários - aprovado em AGE - 17/12/2015	139.335	56.126
Juros sobre capital próprio - aprovado em AGE - 17/12/2015	197.271	-
Dividendos adicionais propostos	214.338	262.331
	734.592	424.609

Em 17 de dezembro de 2015, a AGE da PB LOG aprovou a proposta de distribuição de lucros sobre a forma de Juros sobre o Capital Próprio – JCP, no montante de R\$ 197.271 (R\$ 162.278 em 2014) e Dividendos Intermediários, no montante de R\$ 322.983.

Os juros sobre o capital próprio terão os seus valores atualizados monetariamente a partir de 31 de dezembro de 2015 até a data de início do pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

Esses juros estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95. Esses juros foram imputados aos dividendos do exercício de 2015 e contabilizados no resultado operacional, conforme requerido pela legislação fiscal, e foram revertidos contra lucros acumulados, conforme determina a Deliberação CVM nº 207/96, resultando em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 67.072 (R\$ 55.175 em 2014).

14. Instrumentos financeiros

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas diante das condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante os exercícios também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Sociedade.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Sociedade são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados, principalmente, à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do Sistema Petrobras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Sociedade.

Os principais instrumentos financeiros da Sociedade são os seguintes:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativo		
Caixa e Equivalentes de Caixa	2	1.052
Recebíveis - mensuráveis a custo amortizado		
Contas a receber - partes relacionadas	642.480	397.135
Contas a receber, líquidas	3.496.855	3.211.310
	<u>4.139.337</u>	<u>3.609.497</u>
Passivo		
Passivos financeiros não derivativos - mensuráveis a custo amortizado		
Fornecedores - terceiros	71.441	-
Fornecedores - partes relacionadas	508.944	261.174
Debêntures	212.793	295.704
	<u>793.178</u>	<u>556.878</u>

Mensuração dos instrumentos financeiros:

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e de contas a pagar estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Sociedade são próximos aos seus valores contábeis.

As operações da Sociedade estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

14.1. Riscos de crédito

A Sociedade está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na possibilidade de não saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros no montante de R\$ 3.496.844 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 3.212.135 em 2014) e contas a receber no montante de R\$ 642.493 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 397.362 em 2014).

Os valores referentes a contas a receber no mercado interno são integralmente referentes às partes relacionadas, conforme indicado na nota explicativa 7.

O cliente relevante da Sociedade é a sua controladora, a Petrobras, responsável por R\$ 637.618 (equivalentes a 99% do saldo total) dos recebíveis a valor contábil em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 395.672 em 31 de dezembro de 2014).

O vencimento dos recebíveis concedidos na data das demonstrações contábeis era:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Recebíveis		
A vencer	640.448	394.208
Vencidos a mais de 30 dias	2.045	3.154
	<u>642.493</u>	<u>397.362</u>

A Sociedade não apresenta saldos significativos em atraso e histórico relevante de perdas por inadimplência.

14.2. Risco de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Valor Contábil	Fluxo de Caixa contratual	2015	2016	2017	2018	A partir de 2019
Em 31 de Dezembro de 2015							
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	71.441	71.441	71.441	-	-	-	-
Debêntures	212.793	236.614	-	98.440	85.986	52.188	-
Partes relacionadas	508.944	508.944	508.944	-	-	-	-
Total	793.178	816.999	580.385	98.440	85.986	52.188	-
Em 31 de Dezembro de 2014							
Passivos financeiros não derivativos							
Debêntures	295.704	335.311	115.876	91.090	79.812	48.533	-
Fornecedores	261.174	261.174	261.174	-	-	-	-
Total	556.878	596.485	377.050	91.090	79.812	48.533	-

14.3. Risco de taxa de juros

A Sociedade possui dívidas financeiras associadas a taxas flutuantes, que podem majorar suas despesas financeiras no futuro. As dívidas denominadas em moeda estrangeira estão sujeitas, principalmente, a flutuações da taxa Libor. As dívidas em moeda nacional estão sujeitas a variações da taxa TJLP e do CDI diário.

14.4. Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2015		2014	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e Equivalentes de caixa	2	2	1.052	1.052
Contas a receber - ativos financeiros	3.496.855	3.496.842	3.211.310	3.211.083
Debêntures	(212.793)	(192.116)	(295.704)	(276.700)

O valor justo das debêntures, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis. As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas na curva de rendimento de títulos do governo na data das demonstrações contábeis.

14.5. Risco de taxa de câmbio

O risco de mercado a que está exposta a Sociedade tem nos seus principais componentes a variação da taxa de câmbio.

A Sociedade adota uma sistemática para acompanhamento e gestão da exposição cambial que tem como escopo a mensuração da exposição cambial líquida do fluxo de caixa operacional e atuação na gestão da dívida.

15. Receita operacional

Abaixo apresentamos a composição das receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2015	2014
Receita Bruta	4.470.761	1.255.190
Menos:		
Impostos sobre vendas e Serviços	(563.739)	(149.010)
	3.907.022	1.106.180

16. Receitas e despesas financeiras

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas Financeiras		
Juros	434.287	387.908
Variações monetárias ativas	6.801	13.982
Variações cambiais líquidas	-	2
	441.087	401.892
Despesas Financeiras		
Juros	21.494	95.222
Variações monetárias passivas	18.231	4.961
Variações cambiais líquidas	-	48
	39.726	100.231

17. Despesas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesa de imposto corrente		
Exercício Corrente	199.363	94.335
	199.363	94.335
Despesa de imposto diferido		
Reconhecimento de diferenças temporárias e prejuízos fiscais	85.524	40.122
	85.524	40.122
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social	284.887	134.457
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social e participações	1.058.142	581.414
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social pela alíquota fiscal combinada	359.768	197.681
Adições permanentes, líquidas		
Despesas não dedutíveis	(7.809)	(8.049)
Juros sobre Capital Próprio - JCP	(67.072)	(55.175)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	284.887	134.457
Alíquota efetiva	27%	23%

18. Outras despesas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesas com perdas e provisão para contingências	809	692
Despesas com formação de PCLD	62	173
Outros	-	457
	871	1.322

19. Outras receitas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Recuperação de PIS / COFINS	-	931
Transação extra-judicial - contas a receber e outros	-	439
Receitas eventuais - perdão de dívida (Petrobras)	3.444	-
	3.444	1.370

20. Despesas e custos por natureza

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesas Administrativas	(20.078)	(13.747)
Despesas com pessoal cedido	(12.011)	(7.532)
Outras despesas administrativas	(8.065)	(6.214)
Depreciação e amortização	(2)	(1)
Despesas Tributárias (*)	(11.633)	-
Despesas tributárias	(11.633)	-
Custos dos serviços prestados	(3.221.103)	(812.728)
Serviços de apoio logístico	(946.998)	(152.455)
Serviços de apoio marítimo	(1.404.131)	(170.267)
Serviços de construção de poços	(867.944)	(490.006)
Serviços de Engenharia Submarina	(2.029)	-
	(3.252.814)	(826.475)

(*) Referem-se ao PIS/COFINS que, a partir de julho/15, passaram a incidir sobre as receitas financeiras, em consonância com o Decreto 8.426/15, de 1º de abril de 2015, que restabeleceu a incidência parcial das contribuições sociais do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras para os contribuintes optantes pela sistemática não cumulativa.

21. Cobertura de seguros (não auditado)

A Sociedade adota, em conjunto com a Petrobras, o sistema misto para proteção de seu patrimônio, utilizando seguro de acordo com as características dos bens, relevância e valor de reposição dos ativos e dos riscos a que estejam expostos, observando os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A Petrobras e suas Subsidiárias possuem uma apólice de responsabilidade civil que as protege contra danos materiais e pessoais causados a terceiros em virtude de suas operações. Esta apólice cobre, inclusive, os danos provenientes de poluição, desde que de origem súbita e acidental.

Relatório dos Diretores

Exercícios findos em 31 de Dezembro

(Expresso em milhares de reais, a menos que haja outra indicação)

DIRETORIA EXECUTIVA

Ilton José Rossetto Filho
Diretor Presidente

Claudio José e Silva
Diretor Corporativo e Financeiro

Ilton José Rossetto Filho
Diretor de Operações
Interino

Marcio de Castro Barboza
Contador – CRC/RJ 095491/O-4